

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E MERCANTIIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: A EXPANSÃO DA MODALIDADE A DISTÂNCIA E SUA LUCRATIVIDADE PARA OS EMPRESÁRIOS DA EDUCAÇÃO

Avanço da Investigação em curso

Grupo de Trabalho nº 14 - Hegemonia Estadunidense, Políticas Públicas e sociais e alternativas.

Tatiana Figueiredo Ferreira Conceição¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo prosseguir com os estudos já desenvolvidos, aprofundando as análises sobre as diretrizes da reformulação da educação superior brasileira nos anos de 1990 e início do novo século. Busca investigar a contrarreforma do ensino superior em curso no Brasil, tomando como eixo central a expansão do ensino superior privado, o ensino a distância e como esses empresários da educação vem garantindo um mercado extremamente promissor através de fusões e aquisições dentro do setor privado e anuência do Estado.

Palavras- chaves: Contrarreforma, Ensino Superior e Instituições de Ensino Superior Privadas.

I – INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a contrarreforma do ensino superior no Brasil a partir da década de 1990, articulando o processo de expansão do setor privado via ensino a distância e principalmente como esta modalidade de ensino se torna lucrativa para os empresários da educação, que através de fusões e aquisições com outras instituições de ensino e com anuência do Estado inicia um processo de formação de conglomerados educacionais havendo como intencionalidade o lucro, utilizando como estratégias a oferta de cursos aligerados e de baixo custo.

Ressalto que a construção da pesquisa sobre a contrarreforma e mercantilização do ensino superior no Brasil e ensino a distância se inicia enquanto aluna de iniciação científica vinculada a linha de pesquisa *Ensino Superior e Serviço Social brasileiro: Análise dos cursos de Serviço Social na modalidade de educação à distância*, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES), coordenado pelas docentes Kátia Regina de Souza Lima e Larissa Dahmer Pereira, sediado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, sendo atualmente desenvolvido junto ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense a análise do ensino superior privado, ensino a distância e a formação de conglomerados educacionais..

Cabe destacar, que neste cenário analiso as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC'S) que são apresentadas como capazes de homogeneizar o tempo e espaço, de garantir a empregabilidade e a formação de um “novo tipo de homem” na era da “sociedade da

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

informação”, um indivíduo que seja polivalente e colaboracionista e o como o Ensino a Distância (EAD) vem sendo utilizado como estratégia para se formar este novo indivíduo.

Assim, a contrarreforma do Estado na década de 1990 no Brasil e o seu rebatimento na política educacional, principalmente no EAD, vem sendo apresentado como forma de acesso e democratização do ensino superior. O EAD passa a ser defendido pelos organismos internacionais por garantir a compra de tecnologias dos países centrais pelos periféricos, além de atender às burguesias nacional e internacional quanto à lucratividade na educação.

Diante deste contexto, discutir o adensamento da contrarreforma nas instituições de ensino superior (IES) privadas com a expansão da modalidade a distância nas IES privadas e o aumento da lucratividade diante da abertura de seu capital para bolsa de valores, trazendo uma discussão sobre o panorama das IES que possuem credenciamento para oferta do EAD, assim como análise dos relatórios técnicos das principais empresas educacionais torna-se essencial para análise dos caminhos que a política educacional do ensino superior no Brasil está sendo direcionada.

II - A EXPANSÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO DOS CONGLOMERADOS EDUCACIONAIS COMO PARTE DA CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.

Desde os anos 1970 o mundo capitalista é marcado por uma profunda crise que perdura até os dias atuais. Desde então, o capital passa a fomentar e patrocinar uma divulgação maciça da ideologia neoliberal através de divulgação de teses defendidas desde os anos de 1940 por um conjunto de intelectuais (ANDERSON, 1998).

Os neoliberais tinham como tese e argumentavam que o Estado de Bem-Estar Social reduzia a liberdade, devido ao igualitarismo e não estimulava a concorrência entre os mercados. Pregava a desigualdade como fator positivo, além do ajuste fiscal e redução do Estado nas políticas públicas e retração dos sindicatos (*ibid*).

Além de toda conjuntura econômica que se instaurava, as décadas de 1960 e 1970 também foram marcadas por uma efervescência política e social, com pressões sindicais reivindicando melhores salários e uma maior organização no modo de produção, além dos movimentos sociais com solicitações de igualdade de direitos (NETTO E BRAZ, 2008).

A esperança despendida sobre esta fase dos anos dourados começa a ser extinta a partir de 1974-1975 e se segue nos anos posteriores (1980-1982) com uma acentuada crise no crescimento e uma queda constante na taxa de lucro.

Diante deste cenário, a burguesia decide buscar estratégias capazes de reverter este quadro político e econômico, através de medidas restritivas principalmente ao poder sindical por atribuir a crise ao “excesso” de concessões que foram direcionadas à classe trabalhadora durante o período de vigência do Estado de Bem-Estar Social. (NETTO e BRAZ, 2008).

Diante da conjuntura político-econômica de crise do capital, a educação conquistada por parte da classe trabalhadora, passa a ser atingida em seu cerne. A partir dos anos de 1980 o Banco Mundial (BM) passa a elaborar, monitorar e condicionar aos países periféricos contrarreformas educacionais condizentes ao ajuste estrutural das economias destes países. Sendo assim o BM parte em defesa do ensino fundamental reforçando o discurso de universidade pública como *locus* dos privilegiados.

A educação passa a ter uma função ideológica como instrumento de “alívio da pobreza” para os países periféricos, evitando que houvesse contestações populares, através de um discurso de integração à “nova ordem global” (LEHER, 1998). Este mesmo autor nos mostra, através de

documentos dos organismos internacionais, como a educação lhe é útil, pois dissemina uma ideologia que apaga a luta de classes e afirma que a pobreza tem como causalidade a falta de conhecimento ou o não acesso ao mesmo, transferindo-a para o âmbito da individualidade.

Desta forma, a educação adquire um novo papel, atuando na formação voltada estritamente ao mercado de trabalho, sendo este individualista, intelectual orgânico acrítico, formado para a reprodução das contradições e naturalização das mesmas. A concepção do homem como sujeito histórico, a sua atuação enquanto sujeito coletivo e o seu reconhecimento enquanto pertencente a uma classe e a capacidade de perceber que é capaz de transformar a sociedade vai se diluindo dentro desta perspectiva de formação.

O setor educacional é transformado em mais um ramo para a exploração capitalista, os organismos internacionais passam a reafirmar a educação como forma inclusiva de acesso para os segmentos mais pauperizados, sendo o passaporte para a empregabilidade através de sua capacitação, formando intelectuais que possam disseminar esta nova tecnologia através de uma formação massificada (certificação em larga escala).

Assim, é neste contexto que o ensino a distância (EAD) se configura como uma via lucrativa para a expansão capitalista e a formação destes intelectuais necessários à ordem do capital, com um esvaziamento do pensamento crítico no processo de formação e disseminação de um consenso capaz de manutenção e disseminação da ordem vigente.

Lima (2007) destaca que a larga utilização destas tecnologias nos demonstraria que estaríamos vivendo na era da sociedade da informação. Contudo, para a autora, esta é a aparência do processo, visto que em sua essência observam-se estratégias econômicas e políticas com fins de garantir a produção das tecnologias nos países centrais e a sua aquisição e adaptação pelos países periféricos, onde nestes últimos seriam implementados as tecnologias de comunicação e informação (TIC) nas indústrias, no sistema financeiro e na educação, garantindo e ampliando as formas de exploração do capital.

Na perspectiva educacional, juntamente com as TIC's, o Estado tem como funcionalidade a elaboração e implementação de políticas que estejam em consonância com esta sociedade. A nova configuração mundial aliada às TIC's passa a exigir uma educação voltada para uma aprendizagem ao longo da vida, onde o educando deve se adaptar as novas tecnologias e inclusive as necessidades de mercado, visando assim a sua empregabilidade, ocultando o processo perverso no qual está inserido pautado em uma lógica de acumulação capitalista, onde a inserção no mercado de trabalho não se dará por todos, pois é vital para este modo de produção a formação de pessoas excedentes ao mercado de trabalho.

“[...] a educação a distancia pode ser eficaz para aumentar, a um custo moderado, o acesso dos grupos desfavorecidos, que geralmente estão deficientemente representados entre os estudantes universitários” (Banco Mundial, 1994:36 *apud* LIMA, 2006:13).

Dentro desta análise que o ensino a distância vem sendo propagado apenas como uma modalidade de ensino, voltada para o acesso e garantia de possível empregabilidade. Porém, cabe destacar que em uma conjuntura de atribuição à classe trabalhadora pela sua não inserção no mercado de trabalho e necessidade de qualificação constante, esta possibilidade de emprego é remota, pois a não inserção de todos é vital para o movimento do capital.

No contexto brasileiro, saliento que o ensino à distância vem se adensando pautado nos direcionamentos dos organismos internacionais, anuência estatal e compartilhamento da burguesia nacional, porém sob a aparência de ampliação de acesso, mas que na verdade se

constitui em mais uma estratégia de mercantilização de educação, configurando-se como um mercado educacional promissor. (LIMA, 2009).

Historicamente, o ensino superior brasileiro foi pautado por contrarreformas que tinham interligados interesses privatistas de uma determinada parte da sociedade e que ao longo destes anos foi se consolidando a inserção dos empresários na educação² que se adensa e legitima a partir dos anos de 1990, diante das reformas neoliberais.

Diante de tal fato, o processo de concentração de capital, através de aquisições/fusões por grupos de investimentos de capital estrangeiro ou nacional³ tornam-se legais, através de medidas, decretos e projetos de lei, a citar a PL 7200/2006, através do artigo 7º § 4 que define:

Em qualquer caso, pelo menos 70% (setenta por cento) do capital votante das entidades mantenedoras de instituição de ensino superior, quando constituídas sob a forma de sociedade com finalidades lucrativas, deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados.

ou seja, deixa claro a abertura para o capital estrangeiro o limite de 30% no ensino superior privado.

Cabe destacar que todo este processo de atuação na economia dos países periféricos se expressa através de três estratégias políticas principais:

Em primeiro lugar, a formação de parcerias entre empresas educacionais e universidade com sede nos Estados Unidos e universidades latino-americanas. Essas parcerias viabilizam a venda de modelos pedagógicos, a comercialização de programas de ensino e de livros didáticos, especialmente para a formação e treinamento de professores, objetivando a consolidação de um caldo ideológico e político que legitime e reproduza. Neste movimento, a educação como serviço forma uma cultura empresarial, permitindo o aprofundamento do processo de empresariamento do setor, ao mesmo tempo em que se torna fundamental para padronizar conhecimentos, uniformizando conteúdos através de currículos flexibilizados (LIMA, 2005: 63 *apud* GOMES, 2010:143).

Diante do panorama educacional brasileiro que vem se configurando ao longo dos anos, pode-se perceber a os rumos que o ensino superior vem sendo direcionado. Dentro das instituições públicas, vê-se uma ausência de políticas educacionais e financiamento por parte do governo, além de uma crescente parceria com o setor privado e nas instituições privadas

² A legalização da presença da iniciativa privada na educação se constitui a partir da Constituição Federal de 1988, em seu artº 209 que versa: “O ensino é livre à iniciativa privada atendidas as seguintes condições: **I** - cumprimento das normas gerais da educação nacional; **II** - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”.

³ Destaco que os fundos de investimento privado, segundo o Portal 180 graus - <http://180graus.com/educacao> - datam os anos de 1990, principalmente na educação básica e que no início desta década percebendo o mercado rentável que o ensino superior demandava, o seu alvo de investimento altera-se. O tipo de investimento que são empregados no ensino superior são os *private equity* que associam o seu investimento a empresas mais maduras, em fase de reestruturação, consolidação e/ou expansão de seus negócios. (Fonte: <http://www.abvcap.com.br/Telas/Associacao/Default.asp>). Segundo o portal 180 graus, “estes fundos possuem condições de aplicar altas quantias em empresas educacionais, ao mesmo tempo em que empreendem ou induzem processos de reestruturação das escolas nas quais investem por meio da redução de custos, da racionalização administrativa” (s/p).

observamos um crescente movimento de fusões e aquisições, além do reforço ao EAD como forma de alavancar os lucros empresariais.

Mesmo que o objetivo desta análise seja demonstrar a oferta educacional por parte das IES privadas, é de suma importância destacar o crescente papel que as consultorias vem desenvolvendo dentro da educação. Estas consultorias se dedicam a elaboração de planos estratégicos, elaboração de projetos de curso, programas de auto-avaliação, marketing institucional, oferta e estudo para possíveis aquisições e fusões por parte de investidores, plano econômico financeiro, projetos pedagógicos, planejamentos estratégicos e consultoria e assessoria acadêmica. Diante do panorama educacional brasileiro que vem se configurando ao longo dos anos, pode-se perceber a os rumos que o ensino superior vem sendo direcionado. Dentro das instituições públicas, vê-se uma ausência de políticas educacionais e financiamento por parte do governo, além de uma crescente parceria com o setor privado e nas instituições privadas observamos um crescente movimento de fusões e aquisições, além do reforço ao EAD como forma de alavancar os lucros empresariais.

Mesmo que o objetivo desta análise seja demonstrar a oferta educacional por parte das IES privadas, é de suma importância destacar o crescente papel que as consultorias vem desenvolvendo dentro da educação. Estas consultorias se dedicam a elaboração de planos estratégicos, elaboração de projetos de curso, programas de auto-avaliação, marketing institucional, oferta e estudo para possíveis aquisições e fusões por parte de investidores, plano econômico financeiro, projetos pedagógicos, planejamentos estratégicos e consultoria e assessoria acadêmica.

Dentre as instituições analisadas, com destaque para a UNESA, Anhanguera Educacional e a SEB destaco relevâncias que estas enfatizam ao EAD, através da sua lucratividade e o papel primordial das políticas educacionais implementadas pelo governo como forma de diminuir a evasão e inadimplência de alunos, a citar o novo Fies⁴ e o PROUNI⁵ que possuem características de acesso e facilidade ao aluno, mas implicitamente vem atender aos empresários da educação.

Como se pode analisar, a mercantilização, concentração e as possibilidades de alta lucratividade com o ensino são acompanhadas pela incursão do capital externo, num movimento de desnacionalização (OLIVEIRA, 2010).

Assim, neste processo de elaboração de políticas educacionais a distância se estabelece a criação de consórcios entre universidades brasileiras. Batista (2004) destaca que a configuração mundial proporciona e impulsiona a formação destes consórcios com objetivos distintos e, dentre estes, destaco os de EAD, que se configuram tanto na esfera pública quanto na privada a partir dos anos 1990.

⁴ Fundo de Financiamento Estudantil(Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. O Novo Fies é uma alteração no programa, onde os estudantes passam a ter uma taxa de juros anuais de 3,4% com um prazo de carência de 18 meses e ainda com período de amortização de até 3 vezes o tempo de permanência na condição de financiado, acrescido de 12 meses. Fonte: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

⁵ É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede *bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior*, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda bruta familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50%), a renda bruta familiar deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Fonte: <http://siteprouni.mec.gov.br/>, acesso em 15 de agosto de 2013.

Com isso, observa-se um crescimento do ensino a distância no Brasil, sendo apresentado como alternativa para a questão de acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, a quem esta modalidade de ensino principalmente se destina “ [...] cursos a distância ou semipresenciais podem desempenhar um papel crucial na oferta de formação equivalente ao nível fundamental e médio para jovens e adultos insuficientemente escolarizados (BRASIL, 2001: 54)”.

Sguissardi (2008) esclarece que segundo reportagem da *Revista Ensino Superior* nº 101 em 2007, já se anunciava a consolidação do mercado educacional, onde “Até 2010, 60% das instituições de ensino superior brasileiras com menos de 500 alunos devem ser extintas”, (GORGULHO, 2007 *apud* SGUISSARDI, 2008: 1003), além de que” O setor [educacional] vai se consolidar em uma economia de escala, em que grandes grupos oferecerão ensino superior barato, com uma qualidade razoável”, prevê o consultor financeiro Renato de Souza Veto, ex sócio da Paulo Renato Souza Consultores *.(idem)*.

Segundo este mesmo autor, atualmente no Brasil quatro redes nacionais negociam as suas ações nas bolsas de valores (BOVESPA): Anhanguera Educacional, Estácio de Sá, Sistema Educacional Brasileiro (SEB) e Grupo Kroton.

Embora a discussão de abertura de capitais de instituições de ensino superior seja recente, o número de fusões, aquisições e de IPO’S (*Initial Public Offering* – primeira vez em que as ações da empresa são oferecidas ao público) vêm crescendo de forma significativa no setor da educação. Segundo dados da *Price Waterhouse & Coopers*, no primeiro quadrimestre de 2008, foram fechadas 13 operações de fusões e aquisições no setor educacional, contra 25 de todo o ano anterior. (GRAMANI,2008:437 *apud* SGUISSARDI, 2008: 1005).

Com isso,

O ensino superior particular brasileiro começa a ser “objeto de desejo” do capital. Já era de se esperar, pois um setor que movimenta 15 bilhões de reais anualmente não iria ficar de fora da ciranda especulativa do mercado financeiro. (...) muitas IES aproveitaram os “anos dourados” da abertura do mercado e do excedente de demanda (de 1996 a 2002) e hoje gozam de boa saúde financeira, podendo aproveitar o momento da crise para se expandir de diversas formas, inclusive a partir da aquisição de outras instituições menores. (Universia, 2003)

Diante disto, projetos de EAD são inseridos em políticas educacionais autodenominadas inclusivas e fornecem um vasto campo de exploração para as instituições privadas. (Batista 2002).

SGUISSARDI, (2008:1007) esclarece que a efervescência no mercado educacional é explicado

[...] por um lado, a liberdade de atuação de capitais nacionais e estrangeiros permitida pela legislação hoje em vigor e, por outro, a ausência de qualquer limite à participação estrangeira nas mantenedoras ou empresas educacionais. O único limite, de 30% na participação estrangeira em empresas nacionais de ensino superior, não passa de uma proposta incorporada ao Projeto de Lei da Reforma Universitária que tramita no Congresso Nacional sem a menor previsão de aprovação.

Com isso, observa-se um maior direcionamento que privilegia a expansão do ensino a distância nas de instituições privadas, voltada para uma formação fragilizada, com uma larga certificação, aumento da concorrência e barateamento dos cursos.

III - CONCLUSÃO

A partir da década de 1970 as políticas educacionais são inseridas em um contexto de mercantilização, visando à lucratividade e mercado consumidor. Sob esta ótica, que se inserem os ajustes estruturais econômicos como forma de reanimar o capital, porém se obtém um processo de ampliação da “questão social”, principalmente nos países periféricos.

Vislumbrando expansão e lucros, o ensino terciário na modalidade EAD entra neste cenário, por ser altamente rentável e com um amplo mercado a se consumir e explorar, pautado em um discurso de “globalização” e “sociedade da informação”, perda de fronteiras como forma de garantir a “empregabilidade”.

Com isso, o ensino presencial passa a ser sinônimo de ultrapassado e deve ceder o lugar à modernização da educação, consubstanciada nos projetos de ensino a distância. Desta forma, o ensino a distância vem sendo desenvolvido nos países periféricos e particularmente no Brasil sob a lógica de acesso e utilização estritamente das tecnologias e destinado ao segmento mais pauperizado da classe trabalhadora, além do contexto de privatização e massificação do conhecimento.

Nesta direção ocorre a massificação da formação em nível superior nos cursos de graduação a distância, em cursos aligeirados, utilizando-se de metodologias como vídeo conferências, teleaulas, onde os alunos são apenas figurantes neste processo de “aprendizagem”.

Contudo, como foi observado ao longo do trabalho o EAD é uma modalidade de ensino que deve ser analisada dentro de um contexto econômico, social, político e cultural para que não possa ser simplesmente reduzida enquanto prática educativa e sim como extremamente funcional à sociabilidade burguesa, como forma de massificação do conhecimento, disseminação de seu projeto societário, mercado consumidor e lucratividade.

Diante do panorama educacional brasileiro que vem se configurando ao longo dos anos, pode-se perceber os rumos que o ensino superior vem sendo direcionado. Dentro das instituições públicas, vê-se uma ausência de políticas educacionais e financiamento por parte do governo, além de uma crescente parceria com o setor privado, via fundações e nas instituições privadas observamos um crescente movimento de fusões e aquisições, além do reforço ao EAD como forma de alavancar os lucros empresariais.

IV- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Wagner Braga – Educação à distância e o refinamento da exclusão social – Revista Conecta, nº 4. Fevereiro de 2002.

_____. Educação a distância e as novas clivagens educacionais. Revista PUCVIVA, nº 24, 2004.

BRASIL – Plano Diretor da reforma do Estado brasileiro. Brasília: Presidência da República. Imprensa Oficial, 1995. Disponível em www.bresser-pereira.org.br. Acesso em 21/06/2010

_____. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 21/06/2010.

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005. Regulamenta o art ° 80 da Lei Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação.. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em 21/06/2010.

_____. Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006. dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

_____. Decreto N.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

_____. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Educação a Distância. Referenciais de Qualidade para a educação superior à distância, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 21/06/2010

GOMES, Selma - O ensino a distância no estado de Santa Catarina e suas implicações ao projeto ético-político profissional do serviço social. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

LEHER, Roberto – Da ideologia do desenvolvimento à globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

LIMA, Kátia Regina de Souza.- Reforma da educação superior e educação à distância: democratização do acesso ou subordinação das instituições públicas de ensino superior à ordem do capital? *In* : Cadernos Especiais. Caderno Especial nº 33. Edição 08 de maio a 05 de junho de 2006.

_____. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração lucrativa. *In*: Cadernos Especiais. Caderno Especial nº 30. Edição 13 de fevereiro a 13 de março de 2006.

_____. Contra-reforma na educação Superior: de FHC a Lula. São Paulo, Editora Xamã, 2007.

_____. Ensino a Distância, Organismos Internacionais e mercantilização da Educação. *In*: Mercantilização do Ensino e Ensino a Distância. Revista PUCVIVA, maio a agosto de 2009, ano 10 nº 35.

OLIVEIRA, Daniela Motta- Educação a Distância e Formação de Professores em nível Superior no Brasil. – UFJF

SIQUEIRA, Ângela C. de S. – A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, nº 26, Agosto de 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a11.pdf> . Acesso em 13/04/2010.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educ. Soc.*, Dez 2008, vol.29, no.105, p.991-1022. ISSN 0101-7330.